



# IF SERTÃO- PE

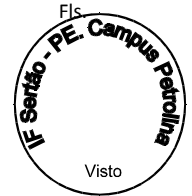
## PREGÃO SRP Nº 12/2011

Regido pela Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto nº 3.555/2000 e Decreto nº 5.450/2005, e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

OBJETO:	EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS
---------	---

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**SESSÃO PÚBLICA**

DATA	19/04/2011
HORÁRIO	a partir das 09h00min (Horário de Brasília)



LOCAL	<a href="http://www.comprasnet.gov.br">www.comprasnet.gov.br</a>
-------	--

<b>Pregoeiro</b> Antonio Gomes barroso de Sá  <b>Equipe de Apoio</b> Eruleide Galvão Santana Ednaldo Araújo Filho	Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Sertão Pernambucano. BR 407 km 08 SN Jardim São Paulo - Petrolina-PE. CEP 56.314-520  Telefax (87) 3863 2330 ramal 122 E-mail: <a href="mailto:cp.cpl@ifsertao-pe.edu.br">cp.cpl@ifsertao-pe.edu.br</a>
--	--

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 12/2011

### PREÂMBULO

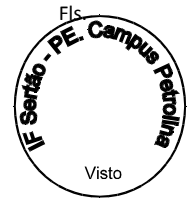
PROCESSO N°	-	<b>23415.000036/2011-88</b>
ENVIO DAS PROPOSTAS	-	<b>DA DATA DA PUBLICAÇÃO</b>
LOCAL	-	<a href="http://www.comprasnet.gov.br">www.comprasnet.gov.br</a>
DATA DA REALIZAÇÃO	-	<b>19/04/2011</b>
HORÁRIO	-	<b>09h00min (Horário de Brasília)</b>
LOCAL	-	<a href="http://www.comprasnet.gov.br">www.comprasnet.gov.br</a>

### PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2011

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sertão Pernambucano – Campus Petrolina mediante o Pregoeiro, designado pela Portaria nº 05, de 05 de fevereiro de 2010, publicada no DOU em 25/03/2010, torna público para conhecimento dos **interessados** que na data, horário e local indicados, fará realizar licitação na modalidade **Pregão Eletrônico para Registro de Preços, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, para EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS**, conforme as condições estabelecidas neste edital e seus anexos. O procedimento licitatório observará integralmente as disposições da **Lei nº 10.520/2002**, do **Decreto nº 5.450/2005**, da **Lei Complementar nº 123/2006**, do **Decreto nº 6.204/2007**, **Decreto 3.931/01** e, subsidiariamente, da **Lei nº 8.666/1993**.

**Integram este Edital para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:**

ANEXO I	<b>Termo de Referência;</b>
ANEXO II	<b>Declaração de Fatos Impeditivos</b>
ANEXO III	<b>Declaração de que não emprega Menor</b>



- ANEXO IV Planilha de composição de preços com os valores máximos admitidos;**  
**ANEXO V Modelo de Ata de Registro de Preços;**  
**ANEXO VI Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta**  
**ANEXO VII Minuta de Contrato.**

## 1. OBJETO

A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de gêneros alimentícios para atender ao IF Sertão-PE Campus Petrolina e Campus Petrolina Zona Rural, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência (Anexo I).

## 2 – DOS ESCLARECIMENTOS INICIAIS E DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

### 2.1 - ESCLARECIMENTOS INICIAIS

2.1.1. O Pregão Eletrônico é um procedimento licitatório, regulamentado pelo Decreto 5.450, de 30/05/ 2005, onde o fornecedor faz o encaminhamento de sua proposta de preços por intermédio da internet e, no horário previsto em edital para a abertura da sessão, toma conhecimento das demais propostas de preço e tem oportunidade de participar da etapa competitiva oferecendo sucessivos lances de menor valor por meio do sistema Pregão Eletrônico disponível no sítio COMPRASNET ([www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)). Para uso desse sistema, o fornecedor deve possuir uma senha de acesso que poderá ser obtida cadastrando-se em área especialmente destinada a fornecedores existentes naquele endereço eletrônico.

2.1.2. O **Sistema de Registro de Preços (SRP)** é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à aquisição futura de bens e prestação de serviços, regulamentada pelo Decreto nº 3.931, de 19/09/2001, onde as empresas disponibilizam bens e serviços a preços e prazos certos e registrados em documento específico denominado **Ata de Registro de Preços**. Neste Sistema, as aquisições são feitas quando melhor convier aos órgãos que integram a Ata sem, no entanto, estarem necessariamente obrigados a contratar com os fornecedores vencedores do certame.

2.1.3. Nesta licitação, será firmada uma **Ata de Registro de Preços**, que é um documento vinculativo do licitante com a administração pública, com característica de compromisso para futura contratação, onde os vencedores manterão seus preços registrados **durante o período de 12 (doze) meses**, permanecendo em vigor os mesmos preços e condições observados no Pregão. Tornando-os disponíveis a todos os órgãos integrantes para que, caso o desejem, efetuem suas aquisições nas quantidades julgadas necessárias e aos mesmos preços registrados no certame. A fim de manter o controle nas futuras adesões faz necessária a remessa da cópia da Nota de Empenho dos objetos empenhados deste Pregão pelos órgãos integrantes.

2.1.4. **O licitante poderá cotar preços para quantidades iguais ou inferiores àquelas solicitadas no Anexo I, deste Edital, desde que essas**



**quantidades não sejam inferiores a 1/3 (um terço) do total exigido.** Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quanto necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total para o item. Quando das contratações decorrentes do registro de preços será respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata.

## 2.2 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

Poderão participar deste Pregão as empresas que:

2.2.1. Atendam às condições deste Edital e seus anexos;

2.2.2. Desempenhem atividades que tenham pertinência com o ramo do objeto licitado;

2.2.3. Estejam obrigatoriamente cadastradas e habilitadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de que trata a Instrução Normativa MARE nº 5, de 1995, e que atendam a todas as exigências deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto ao prévio credenciamento, na forma do item 3.3;

2.2.3.1. As empresas não cadastradas no SICAF, e que tiverem interesse em participar do presente pregão, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto a qualquer Unidade Cadastradora dos órgãos da Administração Pública, até o terceiro dia útil anterior à data do recebimento das propostas (Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 3.722/2001, alterado pelo Decreto nº 4.485/2002);

2.2.4. Não poderão participar as empresas licitantes interessadas que se encontrem sob processo de falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aquelas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como empresas constituídas na forma de fundação, consórcio ou cooperativa.

2.3. Como requisito para participação neste Pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital;

2.4. O licitante, no caso de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), em campo próprio do sistema eletrônico, deverá declarar que, para fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar 123/06, atende aos requisitos do Art. 3º desta Lei. A falta de atendimento a esta exigência implicará na preclusão do direito de exercer sua preferência.

## 3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (Art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005), no sítio: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

3.2. Deverão ser previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o pregoeiro, os



membros da equipe de apoio e os licitantes que participam do pregão na forma eletrônica. (Art. 3º, do Decreto nº 5.450/2005).

3.3. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para sua habilitação. (Art. 3º, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005).

3.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão. (Art.3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/2005).

3.5. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou IF Sertão-PE promotora da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (Art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005).

#### 4. DO ENVIO DA PROPOSTA

4.1. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta de preços, com a descrição do objeto, em conformidade com o Termo de Referência, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, ou seja, às **09h00min do dia 19/04/2011, horário de Brasília**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas (Art. 21, do Decreto nº 5.450/2005).

4.2. A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante (Art.21, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005).

4.3. Para participação no pregão eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (Art. 21, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005).

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital (Art. 21, § 3º, do Decreto nº 5.450/2005).

4.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada (Art. 21, § 4º, do Decreto nº 5.450/2005).

4.6. A licitante responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (Art. 13, Inciso III, do Decreto nº 5.450/2005).

4.7. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão. (Art. 13, Inciso IV, do Decreto nº 5.450/2005).



4.8. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.9. A simples apresentação da proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância da legislação.

## 5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

5.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente, por meio eletrônico, via internet, para o e-mail [cp.cpl@ifsertao-pe.edu.br](mailto:cp.cpl@ifsertao-pe.edu.br).

5.1.1. Não serão reconhecidos os pedidos de esclarecimentos encaminhados intempestivamente ou por meio de fax ou, ainda, por qualquer outro meio diferente do previsto no item anterior.

5.2. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão;

5.2.1. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas;

5.2.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;

5.2.3. a impugnação deverá ser encaminhada por meio eletrônico, através do e-mail [cp.cpl@ifsertao-pe.edu.br](mailto:cp.cpl@ifsertao-pe.edu.br) e entregue na IF Sertão-PE, situada na BR 407 km 08 SN Jardim São - Petrolina/PE CEP 56.314-520.

5.2.4. Não serão aceitas petições de impugnação sem assinatura do representante legal da empresa, intempestivas, ou enviadas por fax ou outro meio diferente dos previstos no subitem anterior.

5.3. Ressalvada a obrigatoriedade, pela legislação de regência, de sua publicação na internet, imprensa oficial e/ou em jornal de grande circulação, os esclarecimentos e as respostas às impugnações somente serão encaminhadas à pessoa interessada e às demais empresas interessadas que confirmarem o recebimento deste Edital, mediante o envio do Termo de Retirada de Edital pela internet.

## 6. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A partir das **09h00min do dia 19/04/2011**, terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico por SRP nº 12/2011, com a divulgação das Propostas recebidas e início da etapa de lances, conforme Edital e de acordo com o Decreto nº 5.450/05, publicado no DOU de 31 de maio de 2005.

6.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos.

6.3. A eventual desclassificação de propostas será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



6.4 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

## 7. DA FASE DE LANCES

7.1. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico. (Art. 24, do Decreto nº 5.450/2005).

7.2. Observado o horário fixado para a formulação de lance e as regras de sua aceitação, a licitante será imediatamente informada do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

7.4. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

7.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.6. Durante a sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, o valor do menor lance registrado vedado à identificação da licitante.

7.7. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

7.8. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, observado, quando for o caso, o disposto na Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.9. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

7.9.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.10. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.10.1. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

## 8. DO CUMPRIMENTO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO A SER DISPENSADO ÀS MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) – Lei Complementar nº. 123/2006.



8.1. Relativamente aos artigos 3º, 42º e 43º, da Lei Complementar nº 123/2006, que tratam do enquadramento e habilitação das ME/EPPs, além da verificação automática junto à Receita Federal do porte da Empresa, refletida no Sistema após o encerramento da fase de lances, o fornecedor, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do Sistema, deverá declarar que atende os requisitos do artigo 3º para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei.

8.2. Ainda no que tange à habilitação, o favorecimento estabelecido nos artigos 42º e 43º, da Lei Complementar nº 123/2006 permite ao fornecedor, ME/EPP, entregar a documentação com possíveis restrições, as quais deverão ser sanadas no prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por mais 02 (dois) dias quando for o caso. A habilitação é um procedimento do pregoeiro, não implicando em qualquer alteração do Sistema, além da declaração já mencionada.

8.3. Relativamente ao empate para a modalidade “Pregão” de propostas entre fornecedores de médio e grande porte e ME/EPP, previstos nos artigos 44º e 45º, da Lei Complementar nº 123/2006, o Sistema de Pregão Eletrônico passa a disponibilizar funcionalidade que, após o encerramento da fase de lances, identificará em coluna própria as ME/EPP participantes, fazendo a comparação entre os valores da primeira colocada, caso esta não seja uma ME/EPP, e das demais ME/EPPs na ordem de classificação.

8.4. A proposta de ME/EPPs que se encontrar na faixa até 5% acima da proposta de menor preço estará empatada com a primeira colocada e terá o direito, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo Sistema, de encaminhar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada para o desempate.

8.4.1. Para viabilizar o procedimento referido no item 8.4, o Sistema selecionará os itens com tais características, disponibilizando-os automaticamente nas telas do pregoeiro e fornecedor, encaminhando mensagem também automática, por meio do chat, convocando a ME/EPP que se encontra em segundo lugar, a fazer sua última oferta no prazo de 5 (cinco) minutos sob pena de decair do direito concedido. Caso a ME/EPP classificada em segundo lugar desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o Sistema convocará as demais ME/EPPs participantes na mesma condição, na ordem de classificação. Havendo êxito neste procedimento, o Sistema disponibilizará a nova classificação dos fornecedores para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou não existindo ME/EPP participante, prevalecerá a classificação inicial.

8.4.2. Caso sejam identificadas propostas de ME/EPPs empatadas em segundo lugar, ou seja, na faixa dos 5% da primeira colocada, e permanecendo o empate até o encerramento do item, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre tais fornecedores, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

8.5. A negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar, quando houver, será sempre após o procedimento de desempate de propostas e classificação final dos fornecedores participantes.

8.6. O pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.





## 9. DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. Concluída a etapa de lances a empresa detentora do menor lance, em cada item, deverá encaminhar sua proposta, contendo as especificações detalhadas do objeto com os preços unitários e totais (conforme modelo do Anexo III) atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados, por intermédio do Sistema Eletrônico, através do link “Anexar” ou pelo fax (87) 3863-2330 ramal 122 em até **02 (duas) horas** e em original ou cópia autenticada, via sedex, no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, contado a partir do encerramento da etapa de lances e aceito pelo Pregoeiro.

9.2. A proposta de preços deverá conter os seguintes dados:

9.2.1. O preço, que deverá ser detalhado com o menor preço unitário, expresso em reais (R\$), computando todos os custos necessários para a execução do objeto da licitação, bem como todas as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na aquisição do objeto desta Licitação;

9.2.2. Razão social da empresa licitante, endereço completo, telefone, fax, número do CNPJ, banco, agência, número da conta-corrente e o responsável pela proposta, seu telefone, fax e e-mail;

9.2.3. Prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura da licitação. Na falta de tal informação será considerado aceito o prazo citado neste inciso;

9.2.4. A qualificação do preposto autorizado a firmar o contrato, ou seja: nome completo, endereço, CPF, Carteira de Identidade, nacionalidade e profissão, informando qual o instrumento que lhe outorga poderes para firmar o referido contrato (contrato social ou procuração);

9.2.5. Planilha de composição de preços, conforme modelo constante do Anexo I/A.

9.3. Havendo discordância entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos, devendo o pregoeiro proceder às retificações necessárias.

9.4. A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

## 10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

10.2. Julgamento das propostas será realizado verificando-se o menor preço unitário.

10.3. Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos o pregoeiro divulgará o Resultado de Julgamento da Proposta e a licitante deverá comprovar, de imediato, sua situação de regularidade, na forma do item 11.



10.4. Se a proposta ou o lance, de menor valor não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

10.4.1. Ocorrendo à situação a que se refere o subitem 10.4, o pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

10.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do Edital e seus Anexos, forem omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis.

10.6. Não se admitirá proposta que apresentar preço simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços de mercado, ainda que este Edital não tenha estabelecido limites mínimos.

10.7. O preço unitário máximo que a Administração se dispõe a pagar é aquele descrito no Anexo III.

10.8. As quantidades a serem cotadas, em cada item, são aquelas descritas no Termo de Referência (Anexo I).

## 11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, a licitante detentora da melhor oferta deverá comprovar a situação de regularidade, no prazo máximo de **02 (duas) horas**, podendo esta comprovação se dar mediante encaminhamento imediato da documentação através do Fax (87) 3863-2330 ramal 122, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada observado o prazo acima estabelecido.

11.2. A habilitação da licitante vencedora será verificada “on line” no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, após a análise e julgamento da Proposta de Preços, devendo, ainda, apresentar os seguintes documentos:

11.2.1. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.

11.2.2 Declaração de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregados menores.

11.2.3. As Declarações de que tratam os subitens 11.2.1 e 11.2.2 estarão disponíveis no sistema eletrônico e deverão ser enviadas na ocasião do cadastramento da Proposta de Preços.

11.2.4. Declaração de que não está sob pena de interdição temporária de direitos, de que trata a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Crimes Ambientais), conforme o modelo a seguir:

**MODELO 01**  
**(em papel personalizado da empresa)**

**DECLARAÇÃO**  
**(LEI Nº 9.605/98)**



A empresa abaixo qualificada, interessada em participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2011** declara, sob as sanções cabíveis, de que não está sob pena de interdição temporária de direitos de que trata o art. 10 da Lei nº 9.605, de 12/02/98.

Razão Social:

CNPJ/MF:

Tel. e Fax:

Endereço/CEP:

Local e data

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do declarante  
(número da identidade ou do CPF)

11.2.5. Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso não possuam prazos de validade, somente serão aceitas com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data prevista para apresentação das propostas;

11.2.6. Apresentar Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica, emitido por pessoas jurídica de direito público ou privado compatível com o objeto da presente licitação;

11.2.7. Comprovação da boa situação financeira da licitante, aferida com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) maiores que um (>1), analisada automaticamente pelo SICAF;

11.2.7.1. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices referidos no subitem 11.2.7, deverão comprovar o capital mínimo de 10% (dez por cento), do valor cotado, de acordo com os §§ 2º e 3º, do artigo 31, da Lei nº. 8.666/93;

11.2.8.declaração de garantia, através de carta assinada pelo responsável pela empresa com firma reconhecida, conferindo garantia quanto à qualidade e troca do(s) produto(s) por um prazo de 6 (seis) meses ,contra quaisquer defeitos de fabricação dos itens ofertados .

11.2.9 - Declaração de Elaboração Independente de Proposta (§ 2º do art. 1º da IN/SLTI nº 02, de 16 de setembro de 2009).

11.3. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, para tal regularização, contados a partir do momento em que a proponente for declarada vencedora do certame;

11.4. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, ou em cópia autenticada em Cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro;

11.5. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;

11.6. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará a



licitante inabilitada, observado, quando for o caso, o disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

## 12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.1.1. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem acima, importará a decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor;

12.1.2. As razões e as contra-razões de recurso deverão ser encaminhadas, exclusivamente, através do Sistema Eletrônico, no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

12.2. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.3. O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

12.4. Não serão conhecidos os recursos interpostos, sem manifestação prévia, em formulários próprios, no ato da sessão pública e, fora dos respectivos prazos legais, enviados por fax, bem como os que não contiverem a identificação ou assinatura do responsável legal ou preposto da empresa.

12.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Setor de Licitação situado a BR 407 km 08 SN Jardim São - Petrolina/PE CEP 56.314-520.

## 13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. A adjudicação do objeto deste certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso ou após sua apreciação, pela autoridade competente;

13.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à licitante vencedora, pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

## 14. DA ENTREGA DO OBJETO

14.1. O(s) material (ais) deverá (ão) ser (em) entregue (s), nas quantidades solicitadas pelo IF Sertão-PE, a expensas da vencedora, no prazo máximo estipulado no Termo de Referência, contados a partir da solicitação do IF Sertão-PE – Campus Petrolina, no endereço BR 407 km 08 SN Jardim São - Petrolina/PE CEP



56.314-520 e ou no IF Sertão-PE Campus Petrolina Zona Rural no endereço ROD BR 235 Km 22 N-4 Zona Rural Petrolina/PE.

## 15. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. Os materiais deverão ser aceitos, da seguinte forma:

15.1.1. Provisoriamente, por servidor designado pelo IF Sertão-PE Campus Petrolina, para efeito de posterior verificação da conformidade dos materiais ofertados com as especificações constantes do Termo de Referência.

15.1.2. Definitivamente, após verificação de qualidade e quantidade dos materiais.

## 16. DAS OBRIGAÇÕES:

### 16.1. São obrigações da CONTRATADA:

16.1.1. A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em Lei;

16.1.2. Designar preposto responsável pelo atendimento ao IF Sertão-PE, devidamente capacitado e com poderes para decidir e solucionar questões pertinentes ao objeto do Contrato;

16.1.3. Manter atualizados o endereço, o (s) telefone (s) e o fax para contato com responsável da empresa ou preposto designado para receber comunicação de ocorrências relacionadas com a execução do objeto da contratação;

16.1.4. Consultar o Fiscal do Contrato sempre que houver necessidade de esclarecimentos relativos ao objeto deste contrato, submetendo-lhe em tempo hábil quaisquer questões que possam implicar alteração de suas especificações;

16.1.5. Prestar garantia integral, referente à qualidade e troca do produto por um prazo de 06 (seis) meses, com garantia de reposição contra quaisquer defeitos de fabricação dos itens ofertados.

16.1.6. Fornecer todos os bens, bem como se responsabilizar pelas despesas realizadas com a entrega ou substituição dos mesmos;

16.1.7. Adotar todas as providências necessárias à realização do fornecimento e da garantia, de forma a não comprometer o andamento normal das atividades do IF Sertão-PE e a segurança das instalações existentes;

16.1.8. Acatar integralmente as exigências do IF Sertão-PE quanto à execução do objeto contratado;

16.1.9. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo IF Sertão-PE relativamente ao objeto do Contrato;

16.1.10. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo IF Sertão-PE quanto à execução do objeto contratado;

16.1.11. Indenizar o IF Sertão-PE por quaisquer danos diretamente causados por profissional a serviço seu, ficando o IF Sertão-PE, desde já, autorizado a descontar o valor correspondente da garantia ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA;



16.1.12. Manter, durante toda a execução do objeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas neste ajuste, informando a IF Sertão-PE sobre ato ou fato que venha a modificar as condições iniciais de habilitação;

16.1.13. Manter atualizados o endereço e os dados bancários para a efetivação de pagamentos.

## **17.2. São obrigações da CONTRATANTE:**

17.2.1. Exercer a fiscalização dos materiais entregue na forma prevista na Lei nº 8.666/1993, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias;

17.2.2. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas no contrato;

17.2.3. Efetuar o pagamento dos materiais entregue nas condições estabelecidas neste contrato;

17.2.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as respectivas especificações.

## **18. DO PAGAMENTO**

18.1. O pagamento será efetuado pelo IF Sertão-PE Campus Petrolina, por meio de ordem bancária, ao banco a ser indicado pela Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da entrega definitiva com a apresentação da Nota Fiscal / Fatura, devidamente atestada pelo setor competente.

18.2. No caso de incorreção nos documentos apresentados, serão eles restituídos à Contratada para as correções necessárias, não respondendo o IF Sertão-PE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

18.3. Para fins de habilitação ao pagamento, será procedida consulta "ON LINE" junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado, para verificação da situação da CONTRATADA, relativamente às condições de habilitação exigidas no Edital, bem como consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão impressos e juntados ao Processo próprio.

## **19. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

19.1. O registro de preços será formalizado por intermédio de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, na forma da minuta constante do Anexo IV e nas condições previstas neste Edital.

19.2. A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá validade de **12 (doze) meses**, a partir da data de publicação no Diário Oficial da União.



19.3. O IF Sertão-PE convocará formalmente o fornecedor, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, informando o local, data e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.

19.4. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação, por extrato, da Ata, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 dias daquela data.

19.5. No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções a ele previstas neste Edital, o IF Sertão-PE registrará os demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço do primeiro classificado na licitação.

## **20. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E DOS ÓRGÃO USUÁRIOS DA ATA**

20.1 São órgãos participantes desta Ata.

### **a) Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sertão Pernambuco – Campus Zona Rural UASG 158278**

20.2. Poderão utilizar-se das Atas de Registro de Preços decorrentes deste certame, as entidades usuárias do material relacionado no Anexo I do Edital, respeitadas, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas na Lei N.º. 8.666/93, nos Decretos nº 3.931/01 e nº 4.342/02, relativas às compras pelo Sistema de Registro de Preços.

20.2.1. Nos termos do art. 8º do Decreto nº 3.931/01, durante a vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e em conformidade com o disposto no § 3º do art. 8º do mesmo diploma legal.

20.2.2. Os órgãos usuários não serão obrigados a comprar os materiais registrados dos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços, podendo valer-se de outros meios legais para adquiri-los, observado o disposto no subitem 20.1.3 deste Edital.

20.2.3. É assegurada aos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços a preferência de fornecimento, do processo específico para compra, resultar preço igual ou superior ao registrado.

## **21. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO**

21.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

21.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preço;

21.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

21.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

21.1.4. Tiver presentes razões de interesse público.



21.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do IF Sertão-PE.

21.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

## 22. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

22.1. O IF Sertão - PE Campus Petrolina, será o órgão responsável pelo controle e administração das Atas de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitados pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, os fornecedores para o qual será emitido o pedido de compra.

22.2. A emissão dos pedidos de compras/fornecimento será da inteira responsabilidade e iniciativa dos órgãos participantes e ou usuários do registro, cabendo aos mesmos todos os atos de administração junto aos fornecedores e serão formalizados por intermédio de empenho, quando a entrega for de uma só vez e não houver obrigações futuras ou por contrato nas hipóteses em que tais cláusulas se fizerem necessário.

22.3. A Administração não emitirá qualquer pedido de compra sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.

22.4. A convocação dos fornecedores, pelos órgãos usuários, será sempre formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar o respectivo pedido de compra, além da menção da Ata de Registro de Preços a que se refere.

22.5. O fornecedor convocado na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar o pedido de compra ou empenho no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

## 23. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES DE QUANTITATIVO

23. 1. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, observando estritamente os limites do art. 65, § 1.º, da Lei n.º 8.666/1993.

23.2. É proibida a admissão dos acréscimos e supressões que ultrapassem os parâmetros do Tópico 23.1 anterior, salvo da supressão, mediante acordo entre as partes.

23.3. Não será admitida, em hipótese alguma, a soma de supressões e acréscimos em limites que extrapolem o disposto no art. 65, § 1.º da Lei n.º 8.666/1993.





## 24. DO CONTROLE DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

24.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei Nº 8.666/93, ou de redução dos preços praticados no mercado.

24.1.1. Mesmo comprovada à ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

24.2. Preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

24.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se inferior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

24.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

24.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

24.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

24.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

24.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

24.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

24.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## 25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. Conforme o disposto no art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;



25.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração do IF Sertão-PE poderá, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, aplicar à licitante vencedora contratada as seguintes penalidades:

25.2.1. Advertência;

25.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total, ou sobre o valor correspondente a parte não executada, no caso de inexecução parcial, a ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

25.2.3. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a cinco anos; e

25.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente, não previsto neste Edital, que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida, mediante comunicação do pregoeiro e aviso no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), informando nova data e horário.

26.2. Esta Licitação poderá ser revogada pela autoridade competente, em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, e deverá ser anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, não gerando, nesse caso, para as licitantes, qualquer direito à indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

26.3. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta.

26.4. É facultado o pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

26.5. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

26.6. Iniciada a etapa de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

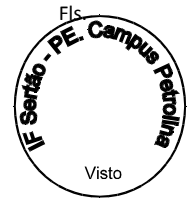
26.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do serviço pela Administração.

26.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normal.

26.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA SERTÃO PERNAMBUCANO  
CAMPUS PETROLINA



a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

26.10. Para fins de aplicação da sanção administrativa constante do item 25 do Edital, o lance é considerado proposta.

26.11. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

26.12. Quaisquer informações complementares sobre este Edital e seus anexos poderão ser obtidas no Setor de Licitações, situado na BR 407 km 08 SN Jardim São - Petrolina/PE CEP 56.314-520, telefax 0xx87 3863-2330 ramal 122 ou pelo email: [cp.cpl@ifsertao-pe.edu.br](mailto:cp.cpl@ifsertao-pe.edu.br).

26.13, O Foro para solucionar os possíveis litígios que decorrerem deste procedimento licitatório será o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Petrolina Estado de Pernambuco.

Petrolina, 08 de fevereiro de 2011.

**Artidônio Araújo Filho**  
**Diretor Geral**  
**IF SERTÃO PE Campus Petrolina**



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

1.1. A elaboração deste Termo de Referência está sendo feita em observância ao estabelecido nos Incisos I e II do Art. 8º e no Inciso II do Art. 21, do Decreto nº. 3.555, de 08 de agosto de 2000, publicado no DOU de 09 de agosto de 2000 e Art. 9º do Decreto nº. 5.450/2005 e as disposições da Lei 8.666/93.

#### 2. DO OBJETO

2.1. Aquisição para entrega parcelada de gêneros alimentícios destinados à alimentação do corpo discente do Instituto Federal do Sertão Pernambucano, Campus Petrolina e Campus Petrolina Zona Rural, até 31 de dezembro de 2011;

2.2. O quantitativo atende a demanda específica do Campus solicitante e tem suas características, unidade, quantidades, demandante, metodologia e endereço de entrega disposto nos quadros descritos no subitem 2.3.;

2.3. A descrição do objeto, unidade, quantitativo, Campus Solicitante, metodologia e endereço de entrega de entrega constam do quadro abaixo;

IF SERTÃO - CAMPUS PETROLINA				
ENDEREÇO DE ENTREGA – ROD BR 407 km 08 SN, JARDIM SÃO PAULO – PETROLINA/PE.				
ENTREGA CONFORME A METODOLOGIA				
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Metodologia de entrega
1	SAL DE COZINHA REFINADO, BRANCO, DE 1ª QUALIDADE. Tratamento Diferenciado: IODADO.	KG	150	04 KG POR SEMANA
2	BISCOITO, APRESENTAÇÃO QUADRADO, SABOR ÁGUA E SAL, CLASSIFICAÇÃO SALGADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM RECHEIO. CAIXA 20 PACOTES DE 500 g.	CAIXA	40	01 CAIXA POR SEMANA
3	BISCOITO, APRESENTAÇÃO RETANGULAR, SABOR MAIZENA,	CAIXA	40	1 CAIXA POR



	CLASSIFICAÇÃO DOCE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM RECHEIO CAIXA 20 PACOTES DE 500 g.			SEMANA
4	CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO INDUSTRIAL, MATÉRIA-PRIMA COMINHO, ASPECTO FÍSICO MOÍDO, APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL.	KG	20	1/2 KG POR SEMANA
5	FEIJÃO, TIPO 1, TIPO CLASSE mulatinho OU CARIOCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MAQUINADO, limpo, sem pedras	KG	450	10 KG POR SEMANA
6	FARINHA MILHO, APRESENTAÇÃO FLOCOS MILHO, TIPO PRÉ-COZIDA, PRAZO VALIDADE 6 MESES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM SAL Tratamento Diferenciado: Maquinado. : fardo com 24 pacotes DE 395G.	KG	4267	10 KG POR SEMANA
7	CONDIMENTO - LOURO. APRESENTAÇÃO SECO EM FOLHAS, MATÉRIA-PRIMA LOURO, APLICAÇÃO ALIMENTAÇÃO.	KG	01	1 KG PARA O ANO TODO
8	CONDIMENTO MISTO - APRESENTAÇÃO INDUSTRIAL, MATÉRIA-PRIMA PIMENTA DO REINO, ASPECTO FÍSICO PÓ, APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL.	KG	02	2 KG PARA O ANO TODO
9	AÇÚCAR REFINADO SEM ENXOFRE	KG	1500	30 KG POR SEMANA
10	LEITE EM PÓ INTEGRAL, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR. FARDO COM 50 PACOTES DE 200 g	FARDO	20	1 FARDO POR SEMANA



11	MACARRÃO FINO, SEM OVOS, DE 1ª QUALIDADE, ÍNTEGRO.	KG	1400	30 KG POR SEMANA
12	ARROZ PARBOLIZADO, TIPO 1, LIMPO, INDUSTRIALIZADO	KG	900	20 KG POR SEMANA
13	CEBOLA IN NATURA, USO CULINÁRIO, TIPO BRANCA Tratamento Diferenciado: - FIRME, SEM MANCHAS.	KG	200	5 KG POR SEMANA
14	CARNE BOVINA IN NATURA- MÚSCULO OU ALCATRA OU PATINHO, SEM PELE, SEM GORDURA, LIMPA.	KG	500	10 KG POR SEMANA
15	CHARQUE - CHARQUE, TIPO CARNE SECA, CORTE DIANTEIRO BOVINO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESFRIADA, 1ª QUALIDADE.	KG	300	7 KG POR SEMANA
16	CARNE FRANGO - CARNE FRANGO, TIPO INTEIRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONGELADO.	KG	2250	40 KG POR SEMANA
17	SALSICHA - SALSICHA, ORIGEM CARNE BOVINA, TIPO HOT DOG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM PIMENTA, CONGELADA, EMBALAGEM À VÁCUO DE 5KG Unidade de fornecimento: PEÇA 5,00 KG	KG	500	10 KG POR SEMANA
18	LEGUME IN NATURA - LEGUME IN NATURA, TIPO BATATA INGLESA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS EXTRA, 1º QUALIDADE, TAMANHO GRANDE, LISA, SEM BROTOS OU PARTES VERDES Unidade de fornecimento: QUILOGRAMA	KG	200	5 KG POR SEMANA
19	MILHO EM CONSERVA - MILHO	UNIDADE	45	1 LATA POR



	EM CONSERVA, INGREDIENTES GRÃOS DE MILHO VERDE COZIDOS, PRAZO VALIDADE 2ANOS, APLICAÇÃO ALIMENTAÇÃO DE PESSOAL Tratamento Diferenciado: - LATAS ÍNTEGRAS, SEM AMASSADOS OU FERRUGEM OU ESTUFAMENTO Unidade de fornecimento: LATA 2,00 KG			SEMANA
<b>20</b>	ERVILHA EM CONSERVA - LATAS COM PRAZO DE VALIDADE DE 2 ANOS. APLICAÇÃO ALIMENTAÇÃO DE PESSOAL Tratamento Diferenciado: - LATAS ÍNTEGRAS, SEM AMASSADOS OU FERRUGEM OU ESTUFAMENTO Unidade de fornecimento: LATA 2,00 KG	UNIDADE	45	1 LATA POR SEMANA
<b>21</b>	EXTRATO DE TOMATE, SEM MOSTARDA  MOLHO ALIMENTÍCIO, COMPOSIÇÃO  BÁSICA MOLHO TOMATE/SAL/AÇÚCAR  E CONDIMENTO, ASPECTO FÍSICO:  PASTOSO. LATAS ÍNTEGRAS, SEM  AMASSADOS OU FERRUGEM OU  ESTUFAMENTO. Unidade de fornecimento:  LATAS DE 1 L.	UNIDADE	50	1 LATA POR SEMANA
<b>22</b>	ÓLEO VEGETAL COMESTÍVEL - Óleo de soja ( emb. c/ 900ml)	UNIDADE	200	4 LITROS POR



				SEMANA
<b>23</b>	TOMATE IN NATURA de 1º qualidade, LARANJADO, SEM MACHUCADOS, SEM FUIROS, FIRME	KG	450	10 KG POR SEMANA
<b>24</b>	VINAGRE, MATÉRIA-PRIMA VINHO BRANCO, TIPO MACIO, ACIDEZ 4,50 PER, ASPECTO FÍSICO  LÍQUIDO, ASPECTO VISUAL LÍMPIDO E SEM DEPÓSITOS Unidade de fornecimento: Vidro 200 ml	LITROS	17	0,4 LITROS POR SEMANA
<b>25</b>	POLPA DE FRUTA - ACEROLA, MARACUJÁ, GOIABA EMBALAGEM COM 1 Kg	KG	1100	25 KG POR SEMANA
<b>26</b>	CHUCHU VERDE, FIRME, SEM MANCHAS, SEM BROTOS	KG	135	3 KG POR SEMANA
<b>27</b>	CENOURA NOVA, FIRME, SEM PARTES MOLES OU VERDES, SEM BROTOS.	KG	220	5 KG POR SEMANA
<b>28</b>	COENTRO –NOVO, FIRME, VIÇOSO	MOLHO	270	6 MOLHOS POR SEMANA
<b>29</b>	CEBOLINHA	MOLHO	90	2 MOLHOS POR SEMANA
<b>30</b>	CARNE DE BOVINO, SEM PELE, POUCA GORDURA, MOÍDA – FRESCA.	KG	1500	35 KG POR SEMANA
<b>31</b>	PÃO PARA CACHORRO QUENTE	UNIDADE	27.000	600 UNIDADES POR SEMANA
<b>32</b>	MARGARINA	KG	50	1,2 KG POR SEMANA





33	ABÓBORA, NOVA FIRME, SEM MACHUCADOS.	KG	2500	5 KG POR SEMANA
34	PIMENTÃO VERDE, FIRME, SEM MANCHAS, MACHUCADOS OU FUIROS.	KG	90	2 KG POR SEMANA
35	OVO DE GALINHA - NOVOS, LIMPOS, COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	UNIDADE	5400	120 UNIDADES POR SEMANAS
36	Café torrado, moído e embalado à vácuo (pct. com 250g.) com selo ABIC	Kg	2.000	20

**IF SERTÃO - CAMPUS PETROLINA ZONA RURAL**

**ENDEREÇO DE ENTREGA – ROD BR 235 km 22 SN, Projeto Senador Nilo Coelho N4 – PETROLINA/PE.**

**ENTREGA MEDIANTE DEMANDA**

Ordem	Descrição	Unidade	Quantidade
37	Açúcar cristal, 1ª qualidade	Kg.	15.000
38	Chocolate em pó, 1ª qualidade	Kg	1.000
39	Alho in natura, tamanho grande	Kg.	550
40	Arroz parbolizado tipo-1	Kg.	20.000
41	Azeitonas verdes em conserva (Bd. c/ 02Kg.)	Balde	440
42	Batata inglesa “in natura” tamanho grande	Kg.	6.000
43	Bolacha tipo “cream cracker” (cx. c/ 20pct. de 400g.)	Cx.	200
44	Biscoito doce maizena (cx. c/ 20pct. de 400g.)	Cx.	260
45	Café torrado, moído e embalado à vácuo (pct. com 250g.) com selo ABIC	Kg	15.000
46	Caldo de carne em pó (embalagem de 1Kg.) 1ª qualidade	Kg.	250



47	Caldo de galinha em pó (embalagem de 1Kg.) 1ª qualidade	Kg.	250
48	Corante de urucum em pó ( pct c/ 1 Kg) 1ª qualidade	Kg.	250
49	Catchup (vasilhame c/ 3,6Kg.)	Und.	150
50	Cebola "in natura" tamanho grande	Kg.	4.000
51	Cominho puro, sem mistura ( pct c/ 1 kg ) 1ª qualidade	Kg.	200
52	Creme de leite (cx. c/ 27 und. de 200ml.)	Cx.	150
53	Ervilha em lata (lata de 2kg)	Kg	800
54	Extrato de tomate	Kg	2.000
55	Farinha de mandioca 1ª qualidade	Kg.	4.000
56	Farinha de rosca industrializada, 1ª qualidade	Kg.	500
57	Feijão Carioca, tipo-1	Kg.	15.000
58	Feijão Preto, tipo-1	Kg.	1.500
59	Flocos de Milho para Cuscuz (pct. c/ 500g) 1ª qualidade	Kg	10.000
60	Leite condensado (Cx. c/ 24 und. de 395g)	Cx.	105
61	Leite de coco (emb. de vidro com 500ml.)	Und.	800
62	Louro, folha desidratada	Kg.	10
63	Macarrão tipo espaguete, massa de trigo com ovos	Kg.	4.000
64	Maionese (embalagem de 1Kg.) 1ª qualidade	Kg.	500
65	Manjericão folha desidratada	Kg.	50
66	Margarina vegetal	Kg.	4.500
67	Massa para lasanha, massa de trigo com ovos	Kg.	800
68	Milho verde em conserva	Kg	900
69	Molho de Mostarda	Kg	100
70	Molho de Pimenta (Cx. c/ 12 und. de 150ml)	Cx.	200
71	Molho Inglês, (Cx. c/ 12 und. de 150ml)	Cx.	200



72	Óleo de soja (lata com 900ml)	Und.	3.800	—
73	Pimenta do reino pura	Kg.	55	
74	Queijo parmesão ralado, 1ª qualidade	Kg.	350	
75	Sal de cozinha refinado, branco, 1ª qualidade	Kg.	2.500	
76	Sardinha enlatada em conserva de óleo (latas com 132g.), 1ª qualidade	Lata	4.000	
77	Tomate "in natura" 1ª qualidade	Kg.	10.000	
78	Vinagre branco (Cx. c/ 12 frascos com 500ml)	Cx.	210	
79	Carne de Charque tipo dianteiro (Corte c/ pouca gordura)	Kg	6.000	
80	Mortadela tipo bolonha (verdadeira) 1ª Qualidade	Kg	1.850	
81	Salsicha de marca nacionalmente conhecida, 1ª qualidade, (pct. c/ 5Kg.)	Kg	3.050	
82	Queijo mussarela de marca nacionalmente conhecida, 1ª qualidade	Kg	1.850	
83	Presunto cozido suíno de marca nacionalmente conhecida, 1ª qualidade	Kg	650	
84	Macaxeira	Kg	1.000	
85	Milho de mungunzá tipo A (pct. c/ 500g)	Kg	1.250	
86	Paleta	Kg	2.000	
87	Lingüiça suína	Kg	1.500	
88	Lingüiça calabresa	Kg	1.000	
89	Lingüiça de frango	Kg	1.000	
90	Coxão mole	Kg	15.000	
91	Frango congelado	Kg	32.000	
92	Carne Bode (carcaça inteira)	Kg	4.500	
93	Músculo de boi	Kg	7.500	
94	Bisteca suína	Kg	2.500	
95	Pernil suíno	Kg	2.500	
96	Peixe em posta (piramutaba)	Kg	7.000	
97	Toucinho defumado (bacon)	Kg	250	



98	Pé de porco	Kg	250	—
99	Paio	Kg	250	
100	Lombo bovino	Kg	4.500	
101	Costela bovina	Kg	4.000	
102	Costela suína	Kg	250	
103	Feijão verde	Kg	870	
104	Coco ralado	Kg	100	
105	Cravo	Kg	20	
106	Molho Shoyu	Unid	350	
107	Amido de milho embalagem 200g	Kg	50	
108	Farinha de trigo uso em padaria	Kg	12.000	
109	Noz moscada	Kg	1	
110	Canela em pó	Kg	1	
111	Canela em pau	Kg	1	
112	Cravo da Índia	Kg	1	
113	Orégano	Kg	135	
114	Salsa desidratada	Kg	1	
115	Gengibre em pó	Kg	1	
116	Alho em pó	Kg	2	
117	Curry	Kg	1	
118	Fermento biológico	Kg	80	
119	Fermento químico	Kg	100	
120	Marshmallow (confeitaria)	Kg	40	
121	Chocolate ao leite em barra	Kg	25	
122	Doce de goiaba (cremoso)	Kg	40	

2.3.1 Os itens de 38 a 123, referente à demanda do Campus Petrolina Zona Rural, serão entregues no almoxarifado do Campus conforme as necessidades de consumo e solicitação do setor competente, em acondicionamento apropriado, no todo ou em parte, até a quantidade limite, contados da data da Nota de Empenho ao fornecedor, sem qualquer acréscimo adicional para o IF Sertão-PE.

2.3.2 O prazo a que se refere o subitem anterior poderá ser prorrogado a critério do Departamento de Administração, considerando para tanto as hipóteses seguintes:



- I. Ato motivado pela Administração que impeça a entrega dos gêneros; \_\_\_\_\_
  - II. Caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado, que tenha, a critério da Administração, correlação com atraso;
  - III. Os pedidos de prorrogação só serão recebidos e apreciados se formulados antes de esgotar o prazo inicial fixado para entrega, constante nos termos da proposta.
- 
- 2.3.3 O Setor competente, designado para o acompanhamento do objeto, fará o recebimento limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na Nota Fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da Nota a data de entrega e, se for o caso, as irregularidades observadas.
  - 2.3.4 O Setor Competente responsável procederá ao recebimento na medida em que forem sendo entregues os gêneros, verificando a qualidade e da conformidade com o exigido neste Termo de Referência e com o constante da respectiva proposta de preço da licitante vencedora.
  - 2.3.5 Caso satisfatório as verificações, será lavrado termo de recusa dos gêneros, no qual se consignará as desconformidades verificadas, devendo ser substituído, no prazo máximo 10 (dez) dias corridos, contados da comunicação formal do Departamento de Administração.
  - 2.3.6 Caso a correção não ocorra no prazo acima determinado, ou caso o novo produto também seja rejeitado, estará à contratada incorrendo em atraso de entrega, sujeita à aplicação de penalidades.
  - 2.3.7 Os custos de substituição dos produtos rejeitados correrão exclusivamente a expensas da Contratada.

### 3. JUSTIFICATIVA

- 3.1.1. A necessidade de aquisição do material acima descrito visa disponibilizar aos educandos dos cursos técnicos e os alunos dos cursos superiores que desenvolvem na Instituição projetos científicos e atividades curriculares, refeição tipo almoço de segunda a sexta-feira

### 4. DO PREÇO

- 4.1. Os preços contratuais serão fixos e irrevogáveis;
- 4.2. Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato procedendo à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequência incalculável que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.
- 4.3. Contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para a revisão do Contrato comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém, com consequência incalculável que tenha onerado excessivamente as obrigações por si contraídas.
  - 4.3.1. A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transporte de mercadorias alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido da revisão do Contrato;



**4.3.2.** Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custo comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido da revisão do contrato evidenciando o quanto o aumento de preço ocorrido repercute no valor total pactuado.

**4.4.** III - A Administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro procederá à revisão do Contrato.

**4.4.1.** Independentemente de solicitação a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

**4.4.2.** As alterações decorrentes da revisão do contrato serão publicadas na Imprensa Oficial.

## **5. DATA DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**5.1.** O prazo para contratação é a partir da data de assinatura com vigência vinculada ao exercício financeiro. Atingindo seu final, faz-se cessar de pleno direito os seus efeitos, dependente de qualquer ato judicial ou extrajudicial.

## **6. DA RESCISÃO DO CONTRATO**

*1.4. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, mediante motivação formal nos autos respectivos, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos artigos 77 a 80, da Lei n.º 8.666/93.*

**6.1.** O contrato poderá ser reincidido nas seguintes hipóteses:

**6.1.1.** RESCISÃO UNILATERAL POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO – Ficarà o presente Contrato rescindido mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

**6.1.1.1.** O não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais;

**6.1.1.2.** A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento dos prazos estipulados;

**6.1.1.3.** Atraso injustificado, a juízo da Administração, no fornecimento contratado;

**6.1.1.4.** A paralisação do fornecimento sem justa causa ou prévia comunicação à Administração;

**6.1.1.5.** A subcontratação total do objeto deste Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE, associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução do presente Contrato;



- 6.1.1.6. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato, assim como as de seus superiores;
- 6.1.1.7. O cometimento reiterado de faltas na execução do Contrato, anotadas pelo fiscal deste contrato;
- 6.1.1.8. A decretação de falência ou instauração de insolvência civil;
- 6.1.1.9. A dissolução da Sociedade;
- 6.1.1.10. A alteração social e a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da Administração, prejudiquem a execução deste Contrato;
- 6.1.1.11. O protesto de Títulos ou a emissão de cheque sem a suficiente provisão caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- 6.1.1.12. Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato amplo conhecimento público;
- 6.1.1.13. A ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste contrato;
- 6.1.1.14. O descumprimento do disposto no Artigo 27, Inciso V, da Lei 8.666/93;

**6.1.2. RESCISÃO AMIGÁVEL** – Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, nos casos dos Incisos XIII, a XVI do Artigo 78 da Lei 8.666/93.

- 6.1.2.1. de conformidade com o Parágrafo Segundo do Artigo 79 da Lei 8.666/93, quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII da mesma Lei, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda o direito aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão.
- 6.1.2.2. a rescisão unilateral por parte da Contratante acarretará a retenção dos créditos decorrentes da avença até o limite dos prejuízos causados a Administração.

**1.5.** *No caso de rescisão determinada por ato unilateral da Contratante ficam asseguradas à Contratante, sem prejuízo das sanções cabíveis:*

**6.1.3.** execução dos valores das multas e indenizações devidos à Contratante;



6.1.4. retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Contratante.

## 7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO PRODUTO

7.1.1. Os produtos deverão ser entregue no conforme planilha do tópico 2.3 deste Termo de Referência nos Almoxarifado do Campus Petrolina e Campus Petrolina Zona Rural, nos endereços: **BR 407, km 08 SN bairro Jardim São Paulo, Petrolina-PE e BR 235 km 22 Projeto Senador Nilo Coelho N4, Petrolina-PE respectivamente.**

7.1.2. O produto deverá ser fornecido mediante requisição devidamente assinada pelo Chefe do Setor de Compras e Abastecimento, ou por servidor autorizado pela Direção Geral. O objeto deste certame será fornecido parceladamente e recebido definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade do material.

## 8. OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações da CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais, e suas normas editalícias, e os termos de sua proposta;

8.1.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o prazo estabelecido neste Contrato;

8.1.3. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pelos empregados da CONTRATADA;

8.1.4. Promover, mediante seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

8.1.5. Requisitar, mensalmente, mediante solicitação por escrito da Coordenação de Internato e refeitório, ou por servidor autorizado pela Direção Geral o material que deverá ser fornecido pela CONTRATADA.

8.2. São obrigações da CONTRATADA:

8.2.1. Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento dos produtos, ora contratados, desde salário do pessoal nele empregado, até os tributos, seguros, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, assim como quaisquer outras exigências legais ou regulamentares que venham a incidir sobre a atividade aqui pactuada;

8.2.2. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos de que trata o item precedente, não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato;





- 8.2.3.** Responder pelos danos de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados ou terceiros, em razão de acidente ou de ação, omissão dolosa ou culposa de seus prepostos ou de quem em seu nome agir;
- 8.2.4.** Os empregados da CONTRATADA não terão em hipótese alguma vínculo empregatício com a CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por todos os atos praticados por seus empregados e/ou prepostos, ficando obrigada ao ressarcimento de quaisquer prejuízos que venha a causar à CONTRATANTE;
- 8.2.5.** A contratada se obriga a proceder à entrega do material no prazo estipulado, no local designado, nas especificações contratadas, e em condições de uso imediato;
- 8.2.6.** A contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como é responsável por eventual custo de frete na entrega.
- 8.2.7.** Efetuar o fornecimento dentro das especificações do Anexo I e condições constantes da proposta.
- 8.2.8.** Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo IF Sertão PE Campus Petrolina.
- 8.2.9.** Ser responsável pelos danos causados diretamente à Administração do IF Sertão - PE Campus Petrolina – ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento de alimentos Frescos em apreço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo IF Sertão - PE Campus Petrolina.
- 8.2.10.** Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do IF Sertão - PE Campus Petrolina, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento do objeto deste Pregão;
- 8.2.11.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo IF Sertão - PE Campus Petrolina, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;
- 8.2.12.** Comunicar por escrito ao responsável pelo Departamento de Administração do IF Sertão – PE Campus Petrolina, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 8.2.13.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão.
- 8.2.14.** Deverá a contratada observar, também, o seguinte:
- 8.3.** é expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do IF Sertão – PE Campus Petrolina durante a vigência do contrato;



8.4. expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do IF Sertão – PE Campus Petrolina.

## 9. RECURSO ORÇAMENTÁRIO

9.1. As despesas decorrentes desse plano de trabalho correrão pelo Programa de Trabalho Resumido – **PTRES: 31636 e 002893**; Fonte de Recurso: 01120000000, oriundo de recurso orçamentário do Campus Petrolina e Campus Petrolina Zona Rural, respectivamente.

## 10. FORMA E PRAZOS DE PAGAMENTO À CONTRATADA

10.1. O pagamento será feito no prazo de até o trigésimo dia (30<sup>º</sup>), após apresentação de Nota Fiscal contendo a descrição dos materiais, quantidades, documentos de embarque, quando for o caso, preços unitários e o valor total e comprovante de recolhimento de multas aplicadas, se houver, e dos encargos sociais e o seu aceite (quando da entrega total e de acordo com o solicitado), pelo servidor designado pelo IF Sertão – PE Campus Petrolina e Campus Petrolina Zona Rural, não tendo relação com a estimativa apresentada no Termo de Referência.

10.2. Os pagamentos cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8666/93, serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

10.3. A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia ao SICAF (via ON LINE), com resultado favorável.

10.4. Na hipótese de atraso de pagamento da Nota Fiscal devidamente atestada, o valor devido pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Sertão Pernambucano será compensado financeiramente, até a data do pagamento, de acordo com o IPCA, calculado com a utilização da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;  
N = Número de dias entre a data prevista e a do efetivo Pagamento;  
VP = Valor da Parcela a ser paga;  
I = Índice de compensação financeira, assim apurado:  
$$I = (TX/100) / 365$$

Onde:

TX = Percentual da Taxa anual a ser definido previamente no edital de licitação/contrato. (no caso o IPCA)

10.5. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, sendo automaticamente alteradas as datas de vencimento, não respondendo o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Sertão Pernambucano por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes;

10.6. O Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Sertão Pernambucano poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes às



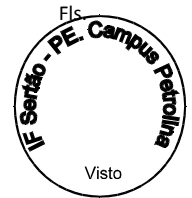
multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos do edital e do contrato.

## 11. DAS SANÇÕES

- 11.1.** Aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos Sistemas de Cadastramento de Fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital, contrato e das demais cominações legais (art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002), (art.28, Decreto nº 5.450/05).
- 11.2.** Além do previsto do item anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas no instrumento contratual (Nota de Empenho) e pela verificação de quaisquer das situações previstos no Artigo 78, incisos de I a XI da Lei 8.666/93, a administração poderá aplicar as seguintes penalidades sem o prejuízo de outras:
- 11.2.1.** Advertência;
- 11.2.2.** Multa de mora no percentual correspondente a **0,5%** (meio por cento), por dia de atraso na entrega do material, a ser calculada sobre o valor da parcela que der causa, até o limite de 30(trinta) dias, caracterizando inexecução parcial;
- 11.2.3.** Multa compensatória no percentual de **20%** da parcela contratual que der causa, pela inadimplência além do prazo acima, caracterizando inexecução total do mesmo; e,
- 11.2.4.** Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o IF Sertão - PE, por prazo de até 02 (dois) anos;
- 11.2.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;
- 11.3.** A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 dias (dez) corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Sertão Pernambucano.
- 11.4.** Penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais combinações legais (art.28, § único, Decreto nº 5.450/05).

## 12. DA FISCALIZAÇÃO

- 12.1.** Nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/93, a CONTRATANTE, mediante Portaria designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências que porventura



existirem e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

- 12.2.** A CONTRATADA deverá indicar um preposto para, se aceito pela CONTRATANTE, representá-la na execução do Contrato.
- 12.3.** Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.
- 12.4.** As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante designado deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Petrolina, \_\_\_ de Março de 2011.

**Verônica Nicácio Plácido**  
Nutricionista/Campus Petrolina

**Ednaldo Pereira de Santana**  
Coordenador de Internato e refeitório do Campus Petrolina Zona Rural

**APROVO:**

O presente Termo de Referência de acordo com o inciso II do Artigo 9º do Decreto nº 5.450/2005, cuja finalidade é subsidiar os licitantes de todas as informações necessárias à participação no certame para o Pregão Eletrônico por SRP para Aquisição Parcelada de Alimentos secos, para o exercício de 2011, a partir da data de assinatura do contrato, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto, seu custo e todos os critérios para participação de forma clara e concisa.

Petrolina, \_\_\_ de março de 2011.

**ARTIDONIO ARAUJO FILHO**  
Diretor Geral  
IF Sertão- PE – Campus Petrolina

**ANEXO II**

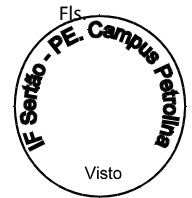
**D E C L A R A Ç Ã O DE FATOS IMPEDITIVOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º12/2011**

(Nome da empresa)....., CNPJ  
ou CPF nº....., sediada (endereço  
completo) ....., declara, sob as penas  
da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no  
presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências  
posteriores.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA SERTÃO PERNAMBUCANO  
CAMPUS PETROLINA



Cidade - UF, de de 2011.

\_\_\_\_\_  
(nome e número da identidade do declarante)

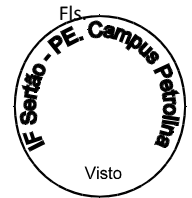
### ANEXO III

#### **DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR**

(Nome da empresa) \_\_\_\_\_,  
inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante  
legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_ portador da  
carteira de identidade nº. \_\_\_\_\_ e do CPF nº.  
\_\_\_\_\_ sediada (endereço completo)



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA SERTÃO PERNAMBUCANO  
CAMPUS PETROLINA



\_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos.

**Ressalva:** emprega maior de 16 (dezesseis) e menor de 14 (catorze) anos na condição de aprendiz.

Cidade - UF, de de .2011.

\_\_\_\_\_  
(nome e número da identidade do declarante)



## ANEXO IV

### PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS COM VALORES UNITÁRIOS MÁXIMOS ADMITIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO
1	SAL DE COZINHA REFINADO, BRANCO, DE 1ª QUALIDADE. Tratamento Diferenciado: IODADO.	KG	2650	R\$ 0,67
2	BISCOITO, APRESENTAÇÃO QUADRADO, SABOR ÁGUA E SAL, CLASSIFICAÇÃO SALGADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM RECHEIO. CAIXA 20 PACOTES DE 500 g.	CAIXA	240	R\$ 38,05
3	BISCOITO, APRESENTAÇÃO RETANGULAR, SABOR MAIZENA, CLASSIFICAÇÃO DOCE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM RECHEIO CAIXA 20 PACOTES DE 500 g.	CAIXA	300	R\$ 41,09
4	CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO INDUSTRIAL, MATÉRIA-PRIMA COMINHO, ASPECTO FÍSICO MOÍDO, APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL.	KG	220	R\$ 23,03
5	FEIJÃO, TIPO 1, TIPO CLASSE mulatino OU CARIOCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MAQUINADO, limpo, sem pedras	KG	15450	R\$ 3,23
6	FARINHA MILHO, APRESENTAÇÃO FLOCOS MILHO, TIPO PRÉ-COZIDA, PRAZO VALIDADE 6 MESES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM SAL Tratamento Diferenciado: Maquinado. : fardo com 24 pacotes DE 395G.	KG	14267	R\$ 2,76
7	CONDIMENTO - LOURO. APRESENTAÇÃO SECO EM FOLHAS, MATÉRIA-PRIMA LOURO, APLICAÇÃO ALIMENTAÇÃO.	KG	11	R\$ 30,10



8	CONDIMENTO MISTO - APRESENTAÇÃO INDUSTRIAL, MATÉRIA-PRIMA PIMENTA DO REINO, ASPECTO FÍSICO PÓ, APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL.	KG	57	R\$ 21,17
9	AÇÚCAR CRISTAL SEM ENXOFRE	KG	16500	R\$ 2,73
10	LEITE EM PÓ INTEGRAL, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR. FARDO COM 50 PACOTES DE 200 g	Fardo	20	R\$ 134,63
11	MACARRÃO FINO, SEM OVOS, DE 1ª QUALIDADE, ÍNTEGRO.	KG	5400	R\$ 3,31
12	ARROZ PARBOLIZADO, TIPO 1, LIMPO, INDUSTRIALIZADO	KG	20900	R\$ 2,24
13	CEBOLA IN NATURA, USO CULINÁRIO, TIPO BRANCA Tratamento Diferenciado: - FIRME, SEM MANCHAS.	KG	4200	R\$ 2,50
14	CARNE BOVINA IN NATURA- MÚSCULO, SEM PELE, SEM GORDURA, LIMPA.	KG	8000	R\$ 12,94
15	CHARQUE - CHARQUE, TIPO CARNE SECA, CORTE DIANTEIRO BOVINO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESFRIADA, 1ª QUALIDADE.	KG	6300	R\$ 15,71
16	CARNE FRANGO - CARNE FRANGO, TIPO INTEIRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONGELADO.	KG	34250	4.91
17	SALSICHA - SALSICHA, ORIGEM CARNE BOVINA, TIPO HOT DOG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM PIMENTA, CONGELADA, EMBALAGEM À VÁCUO DE 5KG Unidade de fornecimento: PEÇA 5,00 KG	KG	3550	R\$ 5,27
18	LEGUME IN NATURA -LEGUME IN NATURA, TIPO BATATA INGLESA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS EXTRA, 1º QUALIDADE, TAMANHO GRANDE, LISA, SEM BROTO OU PARTES VERDES. Unidade de fornecimento: QUILOGRAMA	KG	6200	R\$ 2,88





<b>19</b>	MILHO EM CONSERVA - MILHO EM CONSERVA, INGREDIENTES GRÃOS DE MILHO VERDE COZIDOS, PRAZO VALIDADE 2ANOS, APLICAÇÃO ALIMENTAÇÃO DE PESSOAL. Tratamento Diferenciado: - LATAS ÍNTEGRAS, SEM AMASSADOS OU FERRUGEM OU ESTUFAMENTO. Unidade de fornecimento: LATA 2,00 KG	KG.	990	R\$ 6,61
<b>20</b>	ERVILHA EM CONSERVA - LATAS COM PRAZO DE VALIDADE DE 2 ANOS. APLICAÇÃO ALIMENTAÇÃO DE PESSOAL. Tratamento Diferenciado: - LATAS ÍNTEGRAS, SEM AMASSADOS OU FERRUGEM OU ESTUFAMENTO Unidade de fornecimento: LATA 2,00 KG	KG	890	R\$ 6,53
<b>21</b>	EXTRATO DE TOMATE, SEM MOSTARDA MOLHO ALIMENTÍCIO, COMPOSIÇÃO BÁSICA MOLHO TOMATE/SAL/AÇÚCAR E CONDIMENTO, ASPECTO FÍSICO: PASTOSO. LATAS ÍNTEGRAS, SEM AMASSADOS OU FERRUGEM OU ESTUFAMENTO. Unidade de fornecimento: LATAS DE 1 L.	Unid.	2050	R\$ 5,41
<b>22</b>	ÓLEO VEGETAL COMESTÍVEL - Óleo de soja ( emb. c/ 900ml)	Unid.	4000	R\$ 3,28
<b>23</b>	TOMATE IN NATURA de 1º qualidade, ALARANJADO, SEM MACHUCADOS, SEM FUIROS, FIRME	KG	10450	R\$ 2,46
<b>24</b>	VINAGRE, MATÉRIA-PRIMA VINHO BRANCO, TIPO MACIO, ACIDEZ 4,50 PER, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, ASPECTO VISUAL LÍMPIDO E SEM DEPÓSITOS Unidade de fornecimento: Vidro 200 ml	LITRO	1277	R\$ 3,34
<b>25</b>	POLPA DE FRUTA - ACEROLA, MARACUJÁ, GOIABA EMBALAGEM COM 1 Kg	KG	1100	R\$ 4,88
<b>26</b>	CHUCHU VERDE, FIRME, SEM MANCHAS, SEM BROTOS	KG	135	R\$ 1,78



27	CENOURA NOVA, FIRME, SEM PARTES MOLES OU VERDES SEM BROTOS.	KG	220	R\$ 1,99
28	COENTRO –NOVO, FIRME, VIÇOSO	Molho	270	R\$ 1,52
29	CEBOLINHA	Molho	90	R\$ 1,19
30	CARNE DE BOVINO, SEM PELE, POUCA GORDURA, MOÍDA – FRESCA.	KG	1500	R\$ 13,09
31	PÃO PARA CACHORRO QUENTE	Unid.	27.000	R\$ 0,36
32	MARGARINA	KG	4550	R\$ 6,88
33	ABÓBORA, NOVA FIRME, SEM MACHUCADOS.	KG	2500	R\$ 1,32
34	PIMENTÃO VERDE, FIRME, SEM MANCHAS, MACHUCADOS OU FURROS.	KG	90	R\$ 1,89
35	OVO DE GALINHA - NOVOS, LIMPOS, COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	Unid.	5400	R\$ 0,27
36	Café torrado, moído e embalado à vácuo (pct. com 250g.) com selo ABIC	Kg	17000	R\$ 9,79
37	Chocolate em pó, 1ª qualidade	Kg	1.000	R\$ 12,50
38	Alho in natura, tamanho grande	Kg.	550	R\$ 11,20
39	Azeitonas verdes em conserva (Bd. c/ 02Kg.)	Balde	440	R\$ 23,47
40	Caldo de carne em pó (embalagem de 1Kg.) 1ª qualidade	Kg.	250	R\$ 12,93
41	Caldo de galinha em pó (embalagem de 1Kg.) 1ª qualidade	Kg.	250	R\$ 12,93
42	Corante de urucum em pó ( pct c/ 1 Kg) 1ª qualidade	Kg.	250	R\$ 3,52
43	Catchup (vasilhame c/ 3,6Kg.)	Und.	150	R\$ 8,67
44	Creme de leite (cx. c/ 27 und. de 200ml.)	Cx.	150	R\$ 51,16
45	Farinha de mandioca 1ª qualidade	Kg.	4.000	R\$ 1,80
46	Farinha de rosca industrializada, 1ª qualidade	Kg.	500	R\$ 9,18
47	Feijão Preto, tipo-1	Kg.	1.500	R\$ 3,78
48	Leite condensado (Cx. c/ 24 und. de 395g)	Cx.	105	R\$ 63,12
49	Leite de coco (emb. de vidro com 500ml.)	Und.	800	R\$ 3,93



50	Maionese (embalagem de 1Kg.) 1ª qualidade	Kg.	500	R\$ 4,98
51	Manjerição folha desidratada	Kg.	50	R\$ 41,63
52	Massa para lasanha, massa de trigo com ovos	Kg.	800	R\$ 4,45
53	Molho de Mostarda	Kg	100	R\$ 14,88
54	Molho de Pimenta (Cx. c/ 12 und. de 150ml)	Cx.	200	R\$ 18,87
55	Molho Inglês, (Cx. c/ 12 und. de 150ml)	Cx.	200	R\$ 21,03
56	Oregano desidratado	KG	135	36,80
57	Queijo parmesão ralado, 1ª qualidade	Kg.	350	R\$ 14,58
58	Sardinha enlatada em conserva de óleo (latas com 132g.), 1ª qualidade	Lata	4.000	R\$ 1,93
59	Mortadela tipo bolonha (verdadeira) 1ª Qualidade	Kg	1.850	R\$ 9,06
60	Queijo mussarela de marca nacionalmente conhecida, 1ª qualidade	Kg	1.850	R\$ 18,80
61	Presunto cozido suíno de marca nacionalmente conhecida, 1ª qualidade	Kg	650	R\$ 13,05
62	Macaxeira	Kg	1.000	R\$ 3,13
63	Milho de mungunzá tipo A (pct. c/ 500g)	Kg	1.250	R\$ 1,67
64	Paleta	Kg	2.000	R\$ 15,67
65	Lingüiça suína	Kg	1.500	R\$ 9,50
66	Lingüiça calabresa	Kg	1.000	R\$ 11,01
67	Lingüiça de frango	Kg	1.000	R\$ 10,66
68	Coxão mole	Kg	15.000	R\$ 19,15
69	Carne Bode (carcaça inteira)	Kg	4.500	R\$ 12,34
70	Bisteca Suína	KG	2.500	R\$ 11,28
71	Pernil suíno	Kg	2.500	R\$ 11,77
72	Peixe em posta (piramutaba)	Kg	7.000	R\$ 16,31
73	Toucinho defumado (bacon)	Kg	250	R\$ 10,90
74	Pé de porco	Kg	250	R\$ 5,14
75	Paio	Kg	250	R\$ 11,16
76	Lombo bovino	Kg	4.500	R\$ 15,68
77	Costela bovina	Kg	4.000	R\$ 9,96
78	Costela suína	Kg	250	R\$ 12,50
79	Feijão verde	Kg	870	R\$ 3,06
80	Coco ralado	Kg	100	R\$ 27,55
81	Cravo	Kg	21	R\$ 36,65
82	Molho Shoyu	Unid	350	R\$ 1,93
83	Amido de milho embalagem 200g	Kg	50	R\$ 8,77



<b>84</b>	Farinha de trigo uso em padaria	Kg	12.000	R\$ 2,39
<b>85</b>	Noz moscada	Kg	1	R\$ 130,00
<b>86</b>	Canela em pó	Kg	1	R\$ 37,67
<b>87</b>	Canela em pau	Kg	1	R\$ 38,53
<b>88</b>	Salsa desidratada	Kg	1	R\$ 32,53
<b>89</b>	Gengibre em pó	Kg	1	R\$ 57,00
<b>90</b>	Alho em pó	Kg	2	R\$ 35,42
<b>91</b>	Curry	Kg	1	R\$ 36,80
<b>92</b>	Fermento biológico	Kg	80	R\$ 22,00
<b>93</b>	Fermento químico	Kg	100	R\$ 29,40
<b>94</b>	Marshmallow (confeitaria)	Kg	40	R\$ 28,50
<b>95</b>	Chocolate ao leite em barra	Kg	25	R\$ 14,97
<b>96</b>	Doce de goiaba (cremoso)	Kg	40	R\$ 12,33



## ANEXO V

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/2011.

Aos ..... dias do mês de ..... de 2011, na ..... em ....., por seus representantes legais, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos nº. 3.555, (alterado pelo Decreto nº 3.693, de 20 de dezembro de 2000 e pelo Decreto nº 3.784, de 06 de abril de 2001), nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, nº. 4.342, de 23 de agosto de 2002, nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e legislação correlata, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão por Registro de Preços nº \_\_\_\_/2011, Ata de julgamento de Preços, publicada no Diário Oficial da União e homologada pelo IF Sertão-PE, às fls. .... do processo em referência, RESOLVEM registrar os preços para fornecimento de material de consumo referente ao(s) item (s) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ conforme consta no Termo de Referência (Anexo I do Edital), que passa a fazer parte integrante desta ata, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa:

\_\_\_\_\_.

**VALIDADE DA ATA:** 12 (doze) meses, a contar da publicação no Diário Oficial da União, na forma do art. 4º, § 1º e 2º, do Decreto nº. 3.931/01.

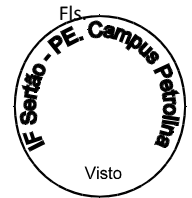
### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO REGISTRADO**

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos materiais especificados e quantificados no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão/SRP Nº 12/2011, conforme quadro abaixo:

ITEM	MATERIAL	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 (doze) meses**, a partir da publicação no Diário Oficial da União, durante o qual o IF Sertão-PE Campus Petrolina não será obrigada a adquirir o(s) produto(s) referido(s) na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo mediante outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas fornecedoras, ou, cancelar a Ata,



na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser usada por todos os órgãos interessados em participar, em qualquer tempo, desde que autorizados pelo IF Sertão-PE e em conformidade com o § 3º do art. 8º do Decreto nº 3.931/01, incluído pelo Decreto nº 4.342/02.

3.2 O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na Cláusula Primeira deste Instrumento, conforme proposta de preço apresentada no Pregão nº 12/2011.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO MATERIAL**

4.1 O local de entrega do material será de acordo com as especificações do subitem 14.1 do edital e 7.1.1 do Termo de Referência no endereço descrito abaixo:

4.2 Os materiais deverão ser aceitos, da seguinte forma:

4.2.1 provisoriamente, por servidor designado pelo IF Sertão-PE, para efeito de posterior verificação da conformidade dos materiais ofertados com as especificações constantes da planilha supra.

4.2.2 definitivamente, após verificação de qualidade e quantidade dos materiais e da instalação dos mesmos.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE ENTREGA**

5.1 Os materiais deverão ser entregues sob demanda do IF Sertão - PE Campus Petrolina, as expensas da vencedora, de acordo com as quantidades constantes nos itens 2.2, nos endereços descritos no item 7.1.1 do Termo de Referência, no prazo Máximo de 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da Nota de Empenho, de segunda a sexta-feira, das 08 às 16 horas.

5.2 Os itens ofertados deverão apresentar prazos de validades mínimas de 90(noventa) dias a contar da emissão da Nota Fiscal.

### **6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

6.1 O pagamento será efetuado pelo IF Sertão-PE (Campus específico), por meio de ordem bancária, ao banco a ser indicado pela Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega definitiva mediante apresentação da Nota Fiscal / Fatura, devidamente atestada pelo setor competente.

6.2 No caso de incorreção nos documentos apresentados serão eles restituídos à Contratada para as correções necessárias, não respondendo o IF Sertão-PE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

6.3 Para fins de habilitação ao pagamento serão procedidas consulta "ON LINE" junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado, para verificação da situação da CONTRATADA,



relativamente às condições de habilitação exigidas no Edital, bem como consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão impressos e juntados ao Processo próprio.

6.4 As despesas referentes ao objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da União, existentes nas dotações do IF Sertão-PE e Unidades Descentralizadas Apoiadas ou dos órgãos e entidades usuários, na data dos respectivos empenhos.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

7.1 O IF Sertão - PE Campus Petrolina, será o órgão responsável pelo controle e administração das Atas de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitados pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, os fornecedores para o qual será emitido o pedido de compra.

7.2 A emissão dos pedidos de compras/fornecimento será da inteira responsabilidade e iniciativa dos órgãos usuários do registro, cabendo aos mesmos todos os atos de administração junto aos fornecedores e serão formalizados por intermédio de empenho, quando a entrega for de uma só vez e não houver obrigações futuras ou por contrato nas hipóteses em que tais cláusulas se fizerem necessário.

7.3 A Administração não emitirá qualquer pedido de compra sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.

7.4 A convocação dos fornecedores, pelos órgãos usuários, será sempre formalizada e conterà o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar o respectivo pedido de compra, além da menção da Ata de Registro de Preços a que se refere.

7.5 O fornecedor convocado na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar o pedido de compra ou empenho no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES**

8.1 Conforme o disposto no art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a

Administração, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

8.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração do IF Sertão-PE poderá, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, aplicar à licitante vencedora contratada as seguintes penalidades:

8.2.1 Advertência;



8.2.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total, ou sobre o valor correspondente a parte não executada, no caso de inexecução parcial, a ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

8.2.3 Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a cinco anos; e

8.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **9. CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

9.1 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

9.1.1 descumprir as condições da Ata de Registro de Preço;

9.1.2 não retirar a respectiva nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.1.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

9.1.4 tiver presentes razões de interesse público.

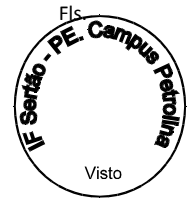
9.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do IF Sertão-PE.

9.3 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES DE QUANTITATIVOS**

10.1. Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.





10.2. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, observando estritamente os limites do art. 65, § 1.º, da Lei n.º 8.666/1993.

10.3. É proibida a admissão dos acréscimos e supressões que ultrapassem os parâmetros da Cláusula 10.2 anterior, salvo da supressão, mediante acordo entre as partes.

10.4. Não será admitida, em hipótese alguma, a soma de supressões e acréscimos em limites que extrapolem o disposto no art. 65, § 1.º da Lei n.º 8.666/1993.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DOS PEDIDOS DE COMPRAS/FORNECIMENTO**

11.1. A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Administração do IF Sertão-PE.

11.2. A emissão dos pedidos de compras/fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial será igualmente autorizado pelo órgão requisitante, quando da solicitação dos produtos.

## **12. CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DO OBJETO**

12.1. A empresa contratada deverá apresentar carta assinada pelo responsável pela empresa com firma reconhecida, conferindo garantia quanto à qualidade e troca do produto por um prazo de 6 (seis) meses para os itens ofertados.

## **13. CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1. Integram esta Ata, o Edital do Pregão nº 12/2011 com todos seus anexos, e a proposta da empresa: \_\_\_\_\_.

13.2. O Foro para solucionar os possíveis litígios que decorrerem da utilização da presente ATA, será o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Petrolina, Estado de Pernambuco.

13.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos nº. 3.555, de 08/08/2000, (alterado pelo Decreto nº 3.693, de 20 de dezembro de 2000 e pelo Decreto nº 3.784, de 06 de abril de 2001), nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, nº 4.342, de 23 de agosto de 2002, nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e legislação correlata, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 no que lhe couber.

Petrolina, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA SERTÃO PERNAMBUCANO  
CAMPUS PETROLINA



CONTRATANTE	CONTRATADA
<b>TESTEMUNHAS:</b>	<b>TESTEMUNHAS:</b>
<b>NOME:</b>	<b>NOME:</b>
<b>CPF:</b>	<b>CPF:</b>
<b>CI:</b>	<b>CI:</b>



## ANEXO VI

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

2. CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2 DE 16 DE SETEMBRO DE 2009, DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.

(Pregão Eletrônico por SRP nº. 12/2011)

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante ou do Consórcio) doravante denominado (Licitante/Consórcio), para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante/Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal do licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa)(**EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA COM O CNPJ E ENDEREÇO**)



## ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO Nº \_\_\_\_/2011

Contrato de fornecimento de Alimentos secos de forma parcelada, que entre si celebram o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO, e a EMPRESA \_\_\_\_\_, na forma abaixo:

O Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Sertão Pernambucano/Campus Petrolina, CNPJ 10.8360.301/0003-68, com sede BR 407 Km 08 SN bairro Jardim São Paulo Petrolina/PE. CEP 56.314-520, neste ato representado pelo seu Diretor, Artidonio Araújo Filho, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, RG. nº xxxxxx e CPF nº xxxxxx, doravante denominado apenas CONTRATANTE, e, do outro lado a empresa ..... estabelecida na Av. ...., CNPJ Nº....., representada pelos Srs. ...., Brasileiro, natural de Petrolina, residente na Av. ...., bairro , Petrolina-PE, CEP. ...., RG nº.....SSP-PE e CPF n.º .....Gerente Regional de ....., simplesmente de CONTRATADA, na presença das testemunhas abaixo firmadas, acordaram em assinar o presente Contrato que tem por objeto o fornecimento de alimentos secos de forma parcelada, para este Campus Petrolina – do IF Sertão-PE, conforme processo nº 23415.000036/2011-88 dentro das condições estabelecidas na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, em sua atual redação, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

### 2.4.1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto o fornecimento, durante o exercício de 2011, de alimentos, de forma parcelada, para atender a demanda por merenda escolar dos discentes do IF Sertão - PE Campus Petrolina, conforme especificações constantes no Pregão Eletrônico nº 12/2011 o objeto será recebido definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade do material.

PARÁGRAFO ÚNICO – o quantitativo do bem a ser fornecido poderá ser alterado, através de termo aditivo a este contrato, desde que respeitado o limite máximo para acréscimos e supressões previsto no art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.

### 2.4.2.

### 2.4.3. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.2 Este instrumento de Contrato guarda inteira conformidade com os termos do Pregão nº 12/2011 e seus anexos, Processo nº 23415.000036/2011-88, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta da CONTRATADA.

### CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO PRODUTO



3.1 O produto deverá ser fornecido mediante requisição devidamente assinada pelo responsável do Setor de Compras e Abastecimento, ou por servidor autorizado pela Direção Geral. O objeto deste certame será fornecido parceladamente e recebido definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade do material. Os produtos deverão ser entregues no IF Sertão – PE Campus Petrolina.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

São obrigações da CONTRATANTE:

- a) exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais, e suas normas editalícias, e os termos de sua proposta;
- b) efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o prazo estabelecido neste Contrato;
- c) prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pelos empregados da CONTRATADA;
- d) promover, mediante seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;
- e) requisitar, mensalmente, mediante solicitação por escrito da Coordenação de Refeitório, ou por servidor autorizado pela Direção Geral o material que deverá ser fornecido pela CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- a) Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento dos produtos, ora contratados, desde salário do pessoal nele empregado, até os tributos, seguros, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, assim como quaisquer outras exigências legais ou regulamentares que venham a incidir sobre a atividade aqui pactuada;
- b) A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos de que trata o item precedente, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato;
- c) Responder pelos danos de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados ou terceiros, em razão de acidente ou de ação, omissão dolosa ou culposa de seus prepostos ou de quem em seu nome agir;
- d) Os empregados da CONTRATADA não terão em hipótese alguma vínculo empregatício com a CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por todos os atos praticados por seus empregados e/ou prepostos, ficando obrigada ao ressarcimento de quaisquer prejuízos que venha a causar à CONTRATANTE;
- e) A contratada se obriga a proceder à entrega do material no prazo estipulado, no local designado, nas especificações contratadas, e em condições de uso imediato;



f) A contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como é responsável por eventual custo de frete na entrega.

g) Efetuar o fornecimento dentro das especificações do Anexo I e condições constantes da proposta.

h) Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo IF Sertão PE Campus Petrolina.

i) Ser responsável pelos danos causados diretamente à Administração do IF Sertão-PE Campus Petrolina ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento de alimentos Secos em apreço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Campus Petrolina do IF Sertão-PE.

j) Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do IF Sertão - PE Campus Petrolina, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento do objeto deste Pregão;

l) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo IF Sertão – PE Campus Petrolina do obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

m) Comunicar por escrito ao responsável pelo Departamento de Administração do IF Sertão - PE Campus Petrolina, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

n) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão nº 12/2011.

o) Deverá à contratada observar, também, o seguinte:

I - É expressamente proibida à contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Campus Petrolina – do IF Sertão - PE durante a vigência do contrato;

II - Expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do IF Sertão – PE Campus Petrolina.

#### **2.4.4. CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

6.1 O prazo de execução do presente instrumento iniciará a partir da assinatura do Contrato, com a vigência vinculada ao exercício financeiro.

2.4.5.

#### **2.4.6. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO**

7.1 Pelo fornecimento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor estimado de R\$ ..... (.....), estando nele incluídas todas as despesas necessárias a sua perfeita execução.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA Durante o período contratual serão praticados os preços especificados na proposta ou lance vencedor da contratada.



2.4.7.

## 2.4.8. CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS

### 8.1 *Os preços contratuais serão fixos e irrevogáveis.*

8.1.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato procedendo à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequência incalculável que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

a) Contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para a revisão do Contrato comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém, com consequência incalculável que tenha onerado excessivamente as obrigações por si contraídas.

I – A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transporte de mercadorias alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido da revisão do Contrato;

II – Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custo comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido da revisão do contrato evidenciando o quanto o aumento de preço ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A Administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro procederá à revisão do Contrato

b) Independentemente de solicitação a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

c) As alterações decorrentes da revisão do contrato serão publicadas na Imprensa Oficial.

## 2.4.9. CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será feito no prazo de até o trigésimo dia (30<sup>º</sup>), após apresentação de Nota Fiscal contendo a descrição dos materiais, quantidades, documentos de embarque, quando for o caso, preços unitários e o valor total e comprovante de recolhimento de multas aplicadas, se houver, e dos encargos sociais e o seu aceite (quando da entrega total e de acordo com o solicitado), pelo servidor designado pelo IF Sertão - PE Campus Petrolina não tendo relação com a estimativa apresentada no Termo de Referência.

9.2 Os pagamentos cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8666/93, serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

9.3 Na hipótese de atraso de pagamento da Nota Fiscal devidamente atestada, o valor devido pelo IF Sertão-PE Campus Petrolina será compensado financeiramente, até a data do pagamento, de acordo com o IPCA, calculado com a utilização da seguinte fórmula:



$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;  
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo Pagamento;  
VP = Valor da Parcela a ser paga;  
I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$2.4.10. \quad I = (TX/100) / 365$$

Onde:

TX = Percentual da Taxa anual a ser definido previamente no edital de licitação/contrato. (no caso o IPCA)

9.4 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, sendo automaticamente alteradas as datas de vencimento, não respondendo o IF Sertão-PE Campus Petrolina por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes;

9.5 Para a liquidação e pagamento da despesa pelo IF Sertão-PE Campus Petrolina deverá ser feita a consolidação dos controles referentes ao recebimento dos produtos com emissão de uma única Nota Fiscal/Fatura/mês;

9.6 O IF Sertão-PE Campus Petrolina poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos do edital e do contrato.

9.7 A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia ao SICAF (via ONLINE), com resultado favorável.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

10.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos Sistemas de Cadastramento de Fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital, contrato e das demais cominações legais (art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002), (art.28, Decreto nº 5.450/05).

10.2 Além do previsto do item anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas no instrumento contratual (Nota de Empenho) e pela verificação de quaisquer das situações previstas no Artigo 78, incisos de I a XI da Lei 8.666/93, a administração poderá aplicar as seguintes penalidades sem o prejuízo de outras:





### 10.3 Advertência;

10.4 Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), por dia de atraso na entrega do material, a ser calculada sobre o valor da parcela que der causa, até o limite de 30(trinta) dias, caracterizando inexecução parcial;

10.5 Multa compensatória no percentual de 20% da parcela contratual que der causa, pela inadimplência além do prazo acima, caracterizando inexecução total do mesmo; e

10.5.1 Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o IF Sertão – PE, por prazo de até 02 (dois) anos;

10.5.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

10.5.3 A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 dias (dez) corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo IF Sertão - PE Campus Petrolina.

10.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais combinações legais (art.28, § único, Decreto nº 5.450/05)

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 As despesas referentes à execução dos serviços objeto deste Contrato, correrão à conta dos recursos consignados no orçamento próprio do Campus Petrolina – do IF Sertão-PE, Programa de Trabalho Resumido – PTRES: 31636, Fonte: 0112000000, Elemento de Despesa: 339030, para o exercício de 2011.

NOTA DE EMPENHO:  
EMITIDA EM:  
VALOR:

## **3. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

12.1 Dispensada com base no artigo 56 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

13.1 Nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/93, a CONTRATANTE designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências que porventura existirem e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.



SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Da mesma forma, a CONTRATADA deverá indicar um preposto para, se aceito pela CONTRATANTE, representá-la na execução do Contrato.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - as decisões e providências que ultrapassem a competência do representante designado deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

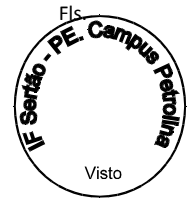
### **3.4.1. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATO**

14.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, mediante motivação formal nos autos respectivos, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos artigos 77 a 80, da Lei n.º 8.666/93.

14.2 O contrato poderá ser reincidido nas seguintes hipóteses:

14.2.1 RESCISÃO UNILATERAL POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO – Ficarà o presente Contrato rescindido mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) O não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais;
- b) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento dos prazos estipulados;
- c) Atraso injustificado, a juízo da Administração, no fornecimento contratado;
- d) A paralisação do fornecimento sem justa causa ou prévia comunicação à Administração;
- e) A subcontratação total do objeto deste Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE, associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução do presente Contrato;
- f) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato, assim como as de seus superiores;
- g) O cometimento reiterado de faltas na execução do Contrato, anotadas pelo fiscal deste contrato;
- h) A decretação de falência ou instauração de insolvência civil;
- i) A dissolução da Sociedade;
- j) A alteração social e a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da Administração, prejudiquem a execução deste Contrato;



- k) O protesto de Títulos ou a emissão de cheque sem a suficiente provisão caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- l) Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato amplo conhecimento público;
- m) A ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste contrato;
- n) O descumprimento do disposto no Artigo 27, Inciso V, da Lei 8.666/93;

14.2.2 RESCISÃO AMIGÁVEL – Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, nos casos dos Incisos XIII, a XVI do Artigo 78 da Lei 8.666/93.

§1º – De conformidade com o Parágrafo Segundo do Artigo 79 da Lei 8.666/93, quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII da mesma Lei, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda o direito aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão.

§2º – a rescisão unilateral por parte da Contratante acarretará a retenção dos créditos decorrentes da avença até o limite dos prejuízos causados a Administração.

14.3 No caso de rescisão determinada por ato unilateral da Contratante ficam asseguradas à Contratante, sem prejuízo das sanções cabíveis:

- I - execução dos valores das multas e indenizações devidos à Contratante;
- II - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Contratante.

### **3.4.2. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.



**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, observando estritamente os limites do art. 65, § 1.º, da Lei n.º 8.666/1993.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - É proibida a admissão dos acréscimos e supressões que ultrapassem os parâmetros da SUBCLÁUSULA SEGUNDA anterior, salvo da supressão, mediante acordo entre as partes.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** - Não será admitida, em hipótese alguma, a soma de supressões e acréscimos em limites que extrapolem o disposto no art. 65, § 1.º da Lei n.º 8.666/1993.

### 3.4.3. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1 - Nos casos previstos no art. 65, II, “d” da Lei n.º 8.666/93, os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de conseqüências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º. A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com conseqüências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por si contraídas.

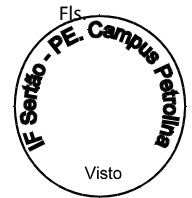
I – a comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato;

II – junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – A Administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá a revisão do contrato.

§2º. Independentemente de solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

§3º. As alterações decorrentes da revisão do contrato serão publicadas na Imprensa Oficial.



#### 3.4.4. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação resumida deste instrumento de Contrato ou de seus aditamentos, por extrato, no Diário Oficial da União, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de até vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26, da Lei 8.666/93.

#### 3.4.5. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Petrolina - PE, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste instrumento contratual.

18.2 E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Petrolina-PE, de de 2011.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA

NOME:

RG:

CPF:

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA

NOME:

RG:

CPF: